



# A CULTURA BRASILEIRA

**Formação e futuro**

**DOCUMENTO**

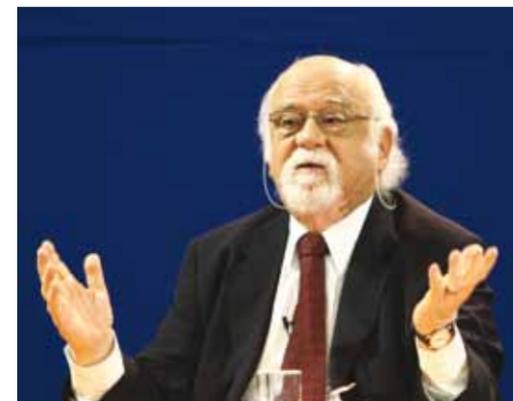


**DOCUMENTOS** são publicações do Espaço Democrático, a fundação para estudos e formação política do PSD

# DOCUMENTO

## O autor

### DANILO SANTOS DE MIRANDA



**C**oordenador do Conselho Temático de Cultura do Espaço Democrático - fundação para estudos e formação política do PSD -, Danilo Miranda é especialista em ação cultural e diretor regional do Sesc – Serviço Social do Comércio no Estado de São Paulo.

Formado em Filosofia e Ciências Sociais, realizou estudos complementares de especialização na Pontifícia Universidade Católica e na Fundação Getúlio Vargas de São Paulo e no IMEDE - Management Development Institute, de Lausanne, Suíça.

Foi Presidente do Comitê Diretor do Fórum Cultural Mundial em 2004 e presidente do comissariado brasileiro do Ano da França no Brasil em 2009.

Atua como conselheiro em diversas entidades, dentre as quais Fundação Itaú Cultural, Fundação Padre Anchieta, Museu de Arte Moderna de São Paulo, Movimento Nossa São Paulo. É membro da Art for the World, com sede na Suíça, e membro de pleno direito da ISPA – International Society for Performing Arts (EUA). Foi vice-presidente do ICSW - Conselho Internacional de Bem Estar Social de 2008 a 2010.

Nos últimos anos, tem participado ativamente como conferencista em eventos nacionais e internacionais e sido agraciado com homenagens de reconhecimento ao seu desempenho na área da cultura, como a de Comendador da Ordem Nacional do Mérito do Governo Francês, a Grande Cruz do Governo Alemão e a Ordem Nacional de Mérito da Coroa Belga.

## Sumário

## Preâmbulo – Formação da cultura brasileira

## 1. A questão da(s) cultura(s)

- 1.1 Entendimento
- 1.2 Cultura como “declaração de intenções”
- 1.3 Apontamentos sobre o campo da cultura
  - 1.3.1 Pluralidade, diversidade e desenvolvimento humano
  - 1.3.2 Memória e devir
  - 1.3.3 Cultura e educação

## 2. Prioridades e estratégias de ação no campo da cultura

- 2.1 A ação pública no campo da cultura
- 2.2 Responsabilidades do Estado no campo da cultura
- 2.3 Indicativos gerais para o incremento da produção cultural brasileira

## 3. Sugestões de medidas específicas

- 3.1 Infraestrutura: conservação e ampliação
- 3.2 Formação de gestores culturais
- 3.3 Produção cultural, formação de público e educação permanente
- 3.4 Pesquisas, indicadores e informações culturais nos municípios
- 3.5 Mecanismos de incentivo direto ao consumo/fruição cultural via imposto retido na fonte
- 3.6 Brasileira
- 3.7 Artes Cênicas - Circulação
- 3.8 Câmara Brasileira de Representação Internacional da MPB

## Preâmbulo

## FORMAÇÃO DA CULTURA BRASILEIRA

**A** geração de ensaístas brasileiros oriundos da década de 1930 – entre os quais figuram, nesse nascedouro, Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Jr., tendo prosseguimento, nas décadas seguintes, com Paulo Freire, Celso Furtado, Antonio Candido e Alfredo Bosi – constitui ponto de referência basilar de pensamento e interpretação sobre a sociedade brasileira.

Embora outros autores pudessem ser citados, essa geração ora destacada é meritória por ter renovado o tratamento dos problemas de fundo, vinculados a questões sociais e culturais (também intelectuais e estéticas) que respondem pela formação da nossa sociedade – formação que, em inúmeras áreas do conhecimento, variou do domínio dado à “importação externa” (na vertente do cosmopolitismo) sobre a pouca atenção concedida à “tradição” (no registro do localismo).

Esse fato merece destaque porque posiciona a noção de formação como elemento importante para pensarmos, durante o século XX, e no campo estético e político, a anulação da descontinuidade de uma incipiente produção cultural brasileira e a possibilidade de incremento da atividade intelectual criativa num país dito “periférico”<sup>1</sup>, para que deixássemos de ser “uns desterrados em nossa terra”<sup>2</sup>.

Percebe-se que, se o Brasil, hoje, está numa posição

emergente internacionalmente, isso se deve à sua inserção cultural na modernidade e à construção interna de nossa modernidade (a exemplo, no campo da cultura, do movimento modernista), também ligada à valorização da nossa diversidade<sup>3</sup>.

A modernidade cultural brasileira pode ser pensada e interpretada, para além do lazer e da diversão, mediante as modulações peculiares de criação de linguagens inovadoras a partir da dosagem mais “ajustada” entre cosmopolitismo e localismo, e entre o engajamento intelectual e político, que aponta mazelas e se guia na direção de uma sociedade mais justa e digna.

A inserção na (ou a construção da nossa) modernidade, por sua vez, insinuava-se em busca da ultrapassagem aos enclaves de uma constituição social marcada pela colonização ibérica (de forte traços autoritários) e pela hegemonia da influência externa (no tempo: ora francesa, ora inglesa, ora norte-americana), contrabalançando esses dois fatores a favor de uma produção cultural autônoma e autêntica<sup>4</sup>.

Esse preâmbulo é o pano de fundo para se pensar a ação em cultura no mundo globalizado, em avanço formativo da cultura brasileira – como “acumulação” de saberes/fazeres e inovação, como “densidade interna” criativa e prospectiva, como engajamento intelectual e político para a transformação social.

<sup>1</sup> Cf. ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. “Pensamento brasileiro e sociologia da cultura: questões de interpretação” In: Tempo Social – Revista de Sociologia da USP. Vol.16, nº1, junho 2004, p.107-118.

<sup>2</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque. *Raízes do Brasil*. 26ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p.31.

<sup>3</sup> Trata-se do encontro entre modernismo, modernidade e modernização. Cf. a introdução de ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX*. Bauru: Edusc, 2001.

<sup>4</sup> FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

## 1. A QUESTÃO DA(S) CULTURA(S)

### 1.1 Entendimento

Uma primeira questão concernente à cultura diz respeito ao seu entendimento. A palavra cultura se expressa em sua pluralidade e diversidade, de modo que não existe uma cultura, mas sim *culturas*<sup>5</sup>. Disso decorre que, genericamente, não se pode afirmar em abstrato que haja uma cultura brasileira homogênea, mas sim que há uma cultura brasileira heterônoma, referente ao resultado de “um processo de múltiplas interações e oposições no tempo e no espaço”<sup>6</sup>.

Sendo assim, o termo cultura segue para além de um simples conceito ou ideia, uma vez que a dinâmica de mudança e os contextos sociais - múltiplos - alteram seus sentidos históricos. A cultura, portanto, está diretamente

atrelada aos processos e dinâmicas que podem ser investigados por meio de seu próprio entendimento, vigente num dado tempo e num dado espaço. E esses processos e dinâmicas influenciam e são reciprocamente influenciados pela ação (também cultural) dos sujeitos inseridos na realidade concreta de dado tempo e espaço.

A cultura, como processo histórico e resultado de interações e oposições, nos dizeres de Alfredo Bosi, precisa ser entendida, verificada, incentivada e valorizada como expressão real e simbólica da vida, como síntese e dinâmica social, como forma de adensamento da transformação histórica ocasionada pela ação humana e como modo de observação e entendimento da complexidade da sociedade humana.

“A cultura ...  
...expressão real  
e simbólica  
da vida ...”

Em outras palavras, cultura designa uma *relação de causalidade* entre o ser humano e a realidade/sociedade, o que supera a dicotomia natureza *versus* cultura. E em acréscimo, é preciso dizer que o termo cultura não se confunde com evolução ou desenvolvimento linear; idealmente, ele resguarda uma neutralidade valorativa por não estipular uma escala de valores positiva ou negativa em referência às várias sociedades existentes e às formas e conteúdos que suas culturas expressam.

Assim, pode-se dizer que cultura é ação humana material e intelectual, objetiva e subjetiva, concreta e simbólica, realizada por e no meio de existência de sujeitos históricos, ocasionando transformação desse meio por efeito de criações e inter-relações de significados mentais, simbólicos e imaginativos, os quais, por sua vez, incidem sobre e transformam os próprios sujeitos. A cultura abrange mas não se resume à esfera específica das práticas e concepções pontuais de ação; abrange

mas não se resume a ideias ou a valores, hábitos e comportamentos.

Na envergadura socioantropológica, a cultura tem a ver com os modos de inserção das próprias pessoas na sociedade e na história, refere-se a uma dimensão crítica e dinâmica dos diversos modos de ser, agir, pensar e produzir. Portanto, ela também não é somente produção artística e (re)produção de emoções e hábitos, mas dinâmica instituidora, explicativa, interpretativa e, muitas vezes, dinâmica de negação e/ou crítica da realidade.

Em suma, cultura se refere ao produto criativo humano e à dimensão fundamental do processo de vida cotidiana de uma sociedade, colocando no espaço público questões, valores e problemáticas que permitem reflexão, diversão (que, na origem do termo, remete ao sentido de “divergir, romper, compartilhar”), entretenimento e negação/crítica acerca das concordâncias ou discordâncias do socialmente dado (*status quo*).

<sup>5</sup> Segundo Raymond Williams, existem “culturas específicas e variáveis de diferentes nações e períodos, mas também culturas específicas e variáveis dos grupos sociais e econômicos no interior de uma nação”. Cf o verbete *cultura* em WILLIAMS, Raymond. *Palavras-Chave [um vocabulário de cultura e sociedade]*. São Paulo: Boitempo, 2007, p.117-118.

<sup>6</sup> BOSI, Alfredo. ‘Plural, mas não caótico’. In: \_\_\_\_\_. *Cultura Brasileira. Temas e situações*. São Paulo: Ática, 1987, p.7

## 1.2 Cultura como “declaração de intenções”

Como exposto acima, a ideia de cultura é polissêmica, relacional e determinada historicamente.

Isso é dizer que a ideia de cultura não nasceu como um *termo descritivo*; antes, nasceu para nomear uma **declaração de intenções**.<sup>7</sup> Significa, de um lado, que é possível fazer algo com ela, do mesmo modo que ela faz algo com as gentes. Significa, por outro lado, que se deve evitar um *sentido reificado* ou *alienado* de cultura, como se ela se resumisse unicamente à posse de objetos e produtos como consumo e veiculação pública, ou estivesse apartada da vida cotidiana, como se ela fosse um fetiche – e nesses dois casos, a cultura mais aprisiona que liberta, mais distingue que agrega<sup>8</sup>.

A cultura, ao contrário, é produção que está para a dinâmica instituinte / instituída da *vida pensada* e da *vida prática*; não é singularmente mercadoria, mas ideia de *trabalho a ser empreendido, é processo, é ato-no-tempo*<sup>9</sup>.

Do mesmo modo, a cultura designa o **processo**

**intencional** de trabalho pelo qual nos tornamos humanos (dado que, por definição, o ser humano é inacabado e não cessa de fazer-se humano<sup>10</sup>), que ocorre mediante um **quadro de intenções**, também sempre inacabado.

Qual o quadro de intenções de um humanista que fez de sua vida sinônimo da ação em cultura? Abaixo, alguns pontos indicativos, sem a pretensão de ser uma lista exaustiva<sup>11</sup>:

A cultura pode/deve almejar:

- O auto-desenvolvimento e a realização plena do ser humano, por acréscimo de criatividade, imaginação, riqueza e bem-estar subjetivo.
- A liberdade de pensamento e escolhas, a cidadania e a responsabilidade social.
- O aumento de vínculos entre razão e (com) paixão; pensamento crítico e solidariedade.
- A autonomia, a emancipação, a educação permanente (na vertente pedagógica do “aprender a pensar”) e a ampliação da consciência.
- O aprofundamento reflexivo / introspectivo da condição humana.

“As culturas indígenas, por exemplo, não são culturas estanques ...”

## 1.3 Apontamentos sobre o campo da cultura

### 1.3.1 Pluralidade, diversidade e desenvolvimento humano

É comum afirmar que a cultura brasileira é uma forma de expressão da pluralidade e da convivência do diverso. No entanto, o Brasil é um país resultante de um processo de colonização e imigração europeia, que teve (e tem) a segregação – simbólica e econômica – como *modus operandi*. Além disso, faz parte desse processo a dizimação dos povos indígenas e o isolamento da população negra, que, desde o fim da escravidão, ficou relegada à invisibilidade social (nos termos da vigência desumanizadora do racismo e do preconceito, e nos termos da ausência de políticas de direitos e bem estar social).

Afora essa constatação, o Brasil é um país continental, com marcantes diferenças constitutivas e culturais, com processos de urbanização e desenvolvimento humano distintos, e com especificidades geográficas também distintas, local e regionalmente.

Se a nação brasileira é o resultado de uma somatória de culturas, convém lembrar que estas estabelecem contatos e trocas, umas mais e outras menos; porém, contatos e trocas contribuem para que as culturas passem por mudanças. As culturas indígenas, por exemplo, não são culturas estanques, porque os acontecimentos que destoam da codificação cultural estabelecida são, por sua vez, interpretadas e ressignificadas internamente.

<sup>7</sup>Cf. BAUMAN, Zygmunt. “Cultura: rebelde e ingovernável” In: \_\_\_\_\_. *Vida líquida*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p.71-72.

<sup>8</sup>Cf. PINTO, Álvaro Vieira. “Teoria da cultura” In: \_\_\_\_\_. *Ciência e existência*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p.123 e ss.

<sup>9</sup>BOSI, Alfredo. “Cultura como tradição” In: V.V.A.A. *Cultura brasileira – Tradição Contradição*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar / Funarte, 2ª ed., 1997, p.38.

<sup>10</sup>Cf. FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. 37ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998, p.50 e ss.

<sup>11</sup>O quadro apresentado não deve se limitar aos termos aqui relacionados; deve, isso sim, ir sempre além, na persecução do ideal de justiça social e com vida plena de sentido.

Assim é que em nosso contexto atual não se costuma mais dizer que uma cultura seja “pura”, assim como não se costuma dizer que as identidades sejam “puras”. Contemporaneamente, esse processo se intensificou e, por isso, se fala de **mundialização da cultura**, que é uma forma de pensar a globalização sem se limitar aos aspectos econômicos e mercadológicos desse processo.

A mundialização da cultura tem a ver com as novas formas de organização social no mundo contemporâneo<sup>12</sup>. A organização social brasileira tem sido pensada na afirmação de que a realidade cultural demonstra a diversidade. Ou seja, a cultura brasileira é fruto e se nutre da diversidade dos modos de ser e pensar, viver e criar, advindos de diversas matrizes étnicas e raciais que nos caracterizam: indígenas, portugueses, africanos, italianos, espanhóis, alemães, japoneses, judeus, libaneses, coreanos, chineses e, mais recentemente, latino-americanos. Contudo, reconhecer a nossa diversidade é também reconhecer que ela está submetida a condições dis-

tintas e desiguais de valorização das matrizes de povos que nos constituem. A valorização desigual é fruto de pré-noções e de desconhecimento sociocultural. Daí a importância que a cultura tem para a vida em sociedade. E valorização desigual gera preconceito e discriminação, as quais formam desigualdades – algo muito distinto da constatação da pluralidade e da afirmação da diversidade.

Para superar o preconceito e a discriminação, devemos ampliar as iniciativas que valorizem e gerem conhecimento a respeito dos diversos povos e culturas que formam a sociedade brasileira. A diversidade precisa ser cada vez mais reconhecida como **interculturalidade**, o que coloca em primeiro plano o diálogo e a troca entre as culturas, propiciando a aventura do encontro com o outro. Essa é uma via possível e desejável para se falar em desenvolvimento social e humano<sup>13</sup>.

Nas palavras do antropólogo Otávio Velho, professor

## “A cidadania é o que nos move”

emérito do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro: “o próprio desenvolvimento deixa de ser uma ideologia de assimilação para ser um reconhecimento da importância das diferenças.”<sup>14</sup>

As diferenças, pensadas no registro da diversidade (e cabe não confundí-las com a ideia da distinção), são importantes para dinamizar o surgimento do novo, para dinamizar a criatividade e a invenção.

Celso Furtado, economista e ex-ministro da cultura, escreveu que “a gama maravilhosa de culturas que já surgiram sobre a Terra testemunha o fabuloso potencial de inventividade do homem. Se algo sabemos do processo de criatividade cultural, é exatamente que as potencialidades do homem são insondáveis [...]”<sup>15</sup> Reconhecer a importância da diversidade é acentuar a pluralidade cultural e a criatividade do ser humano. É dar um direcionamento positivo, é dar voz, vez e espaço às coletividades históricas que integram nossa sociedade,

de forma inclusiva. O que é dizer: na perspectiva dos direitos e na perspectiva da cidadania. A cidadania é o que nos move. A cidadania nasce de um desejo de partilha, de viver com o outro.

O educador Paulo Freire dizia: “a cidadania é uma invenção coletiva; a cidadania é uma forma de visão do mundo”.<sup>16</sup>

A ampliação da pluralidade gera ampliação da liberdade. A liberdade é a capacidade dos seres humanos de instituir a realidade, de inventar o novo, no sentido mesmo da criação histórica, o que também significa fazer valer a cultura como herança e como aventura, criando o futuro. Historicamente, a democracia tem sido uma condição política sob a qual a liberdade pode existir. Mas a liberdade também reforça a democracia, na medida em que a liberdade é o espaço onde se pode criar o possível. E quanto maiores esses espaços, maior o reforço para a ampliação da democracia.

<sup>12</sup> Referência: ORTIZ, Renato *apud* MARZOCHI, Samira Feldman. “Mundialização, modernidade, pós-modernidade. Entrevista com Renato Ortiz.” In: *Ciências Sociais Unisinos* 43(1):103-105, jan-abr. Rio Grande do Sul: Unisinos, 2007.

<sup>13</sup> [A interculturalidade foi um dos conceitos que José Antonio Mac Gregor, gestor cultural mexicano, concedeu atenção em seu Curso de Gestão Cultural, realizado no SESC Vila Mariana nos dias 28 e 29 de abril de 2011.]

<sup>14</sup> VELHO, Otávio. “A razão que se basta a si mesma é uma razão pobre” In: *Revista Parcerias Estratégicas* n° 31, dezembro de 2010. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, p.311-317.

<sup>15</sup> FURTADO, Celso. “Criatividade e dependência”. In: \_\_\_\_\_. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. [Ed. original: 1978] São Paulo: Cia das Letras, 2008, p.112.

<sup>16</sup> FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

### 1.3.2 Memória e devir

Se se partir da análise etimológica da palavra cultura, há dois sentidos que se evidenciam. Tomando de empréstimo a reflexão de Alfredo Bosi, o primeiro sentido está ligado ao modo verbal latino “colo”, que mantém relação com o futuro e a aventura, com aquilo que vai acontecer. “Cultivar” traz essa indicação de projeto.<sup>17</sup>

O outro sentido, continua Bosi, se liga ao passado, à transmissão de conhecimentos, ao conjunto de valores e idéias. Com a helenização do mundo romano, após a conquista da Grécia, os significados do termo “paidéia”, que se referem à formação e ao desenvolvimento humano, passam a alimentar e a manter equivalência com o termo latino “cultura”. A cultura se mostra, assim, como uma ponte entre aquilo que herdamos e aquilo que projetamos e lançamos no futuro. Podemos nos indagar sobre a atualidade desses dois sentidos.

Um primeiro elemento a se perceber é que, se há herança e transmissão, e projeto e aventura, há um componente educativo, aqui. Esse raciocínio nos leva a ter que vincular, de maneira sempre am-

pliada, a educação e a cultura, e não apartá-las (vide o próximo item 1.3.3).

Um segundo elemento mostra-se pela percepção de que a cultura, ao ser como uma ponte entre as iluminações do passado (que muitas vezes ainda não se apagaram) e as promessas do futuro (que ainda estão se desenhando), permite que cada pessoa se reconheça como produto e produtor de cultura. Eis, mais uma vez, a importância do entendimento sobre a cultura, e a importância, para cada sujeito, de ter acesso à cultura, e para reconhecer-se como produto e produtor.

Esse reconhecimento, em acréscimo, está intimamente ligado à ação no presente, ao envolvimento com o seu entorno – e envolvimento significa criação e, principalmente, criação de valores. Pois as riquezas herdadas do passado e as projeções de futuro permitem ressignificar o tempo presente, ressignificar a visão, a interpretação e a compreensão que se pode ter sobre a vida, individual e socialmente.

Nunca é demais repetir: o futuro deve sua existência à ação atual e ao pensamento elaborado no presente, pois este é o tempo de que dispomos para agir e com o qual traçamos a teia da vida.

## “Educação e cultura criam riqueza ...”

### 1.3.3 Cultura e educação

Se a cultura se refere a um quadro de intenções, se ela apresenta suas faces enquanto herança/transmissão e futuro/devir, é fundamental entendê-la como componente da educação, e vice-versa.

Educação e cultura constituem meios e fins para a vida em sociedade, e criam uma riqueza de situações existenciais para a crescente formação do indivíduo no cotidiano:

- Geram aquisição de conhecimentos e auto-desenvolvimento,
- Ampliam horizontes,
- Favorecem a imaginação e a criação,
- Constituem (novos) sonhos e desejos,
- Permitem pensar e agir sobre a realidade,
- Formam um modo de ocorrência do possível para a obtenção de um mundo melhor, justo e digno.

Desse modo, é preciso considerar que, para além do processo educativo, criam-se, por meio da cultura, maneiras de disseminar valores e compreensões ligados a uma sociedade que tenha como valor basilar a igualdade e a democracia.

A experiência mostra que ações culturais educativas permitem reduzir muitas mazelas sociais, como preconceito, racismo e discriminação. Tais ações devem almejar, primordialmente, a ampliação de direitos numa perspectiva de convergência entre liberdade, igualdade e solidariedade (trata-se de fraternidade e respeito ao outro) para o constante aprimoramento da democracia.

Há, portanto, um componente pedagógico da cultura que não se deve esquecer. Dadas as circunstâncias atuais, de globalização, capitalismo cognitivo e ênfase na criação para gerar valor, o próprio valor do ser humano está diretamente implicado no modo pelo qual ele consegue ou não se situar perante essas circunstâncias, e no modo pelo qual ele consegue compreendê-las, criticá-las e superá-las.

Por isso, cultura e educação se referem também a uma forma de ler o mundo, como nos ensinou Paulo Freire. E, assim, mais do que regulá-lo, ler o mundo é deter saberes e conhecimentos para poder criá-lo diferentemente. As ações artísticas, ao lidar com o instituído (até mesmo para destituí-lo) e com o utópico, possibilitam veios de imaginação e criação sobre a realidade. Mais do que ampliar o acesso a essas ações, é preciso atentar para esse fato.

Decorre disso que o aumento quantitativo de eventos artísticos – e a autonomização e diferenciação das linguagens artísticas – aprofundou a necessidade de se criarem **ações educativas de mediação com os conteúdos apresentados, como forma de ampliar os públicos e incentivar as práticas culturais**. Pelo lado do ensino formal, não se trata apenas de estabelecer conteúdos culturais como parte do currículo escolar, mas de propiciar espaços de acesso, participação e prática, inclusive tornando cotidianas as visitas a equipamentos e centros culturais.

<sup>17</sup> BOSI, Alfredo. ‘Entrevista’. In: *Revista de Cultura e Extensão* n° 0 jul-dez. Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.usp.br/prc/revista/entrevista.html> e consultado em 30/06/2011.

## 2. PRIORIDADES E ESTRATÉGIAS DE AÇÃO NO CAMPO DA CULTURA

### 2.1 A ação pública no campo da cultura

Em face do quadro exposto anteriormente, a ação pública no campo da cultura não deve ser restritiva e precisa estar acompanhada de um programa coerente de ação e gestão cultural.

Assiste-se, atualmente, à sua crescente institucionalização, evidenciada pelo Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura, capitaneados pelo MinC, de modo que será preciso englobar, por meio de políticas específicas, os eixos constituintes que a configuram.

Abaixo, destaca-se um entendimento que considera a complexidade e multidimensionalidade da ideia de cultura a partir de três princípios básicos e complementares, a saber:

- A dimensão coletiva e política,
- A dimensão humanizadora e educativa,
- A dimensão produtiva e econômica.

Essas dimensões podem ser apresentadas por meio dos seguintes vetores:

**Heurístico:** trata-se de entender a cultura em sua dimensão sociológica, estética e antropológica, concedendo atenção ao cotidiano, ao dia a dia da vida em sociedade, local em que as ações e transformações são estabelecidas – o que envolve indivíduos e instituições; valores e hábitos; as relações aí implicadas (de solidariedade, de poder ou interesse, objetivo e simbólico).

**Plural:** trata-se do reconhecimento de que não existe uma cultura, mas culturas; é a pluralidade de modos de ser e viver que forma a diversidade cultural, a qual, por sua vez, é responsável pelo fenômeno da criação de identidades e da inventividade.

**Ético e progressista:** trata-se de identificar os valores culturais que precisam ser incentivados e resguardados e que se vinculam ao senso de justiça social, mas sem recair no conservadorismo – que nega ou recua frente aos direitos humanos e culturais já conquistados.

**Histórico:** trata-se de estimular ou articular processos sociais e culturais mais amplos, tendo como eixo um “entendimento denso da temporalidade” para a transformação social (ou seja, sem perder de vista que passado, presente e futuro são construções sociais que guardam interdependências e implicações mútuas).

**Simbólico:** trata-se de perceber valores, significados e modos subjetivos de ser, estar, viver e criar (incluindo a atividade artística) que dão caldo à diversidade cultural brasileira e, claro, mundial.

**Liberal e cidadão:** trata-se de investigar, identificar e incentivar os mecanismos culturais que permitem aumento de liberdade, participação, autonomia e auto-desenvolvimento, sem esquecer da preeminência de garantia dos direitos humanos e culturais. Compreender a cultura como instância central para o favorecimento das faculdades intelectuais, estéticas e morais.

“...propiciar meios para a formação de público ...”

**Relacional:** trata-se de saber que o encontro entre culturas ocorre, tem ocorrido e ocorrerá, colocando em cheque noções como “cultura erudita” e “cultura popular”, e modulando novos entendimentos entre contatos culturais (resistências e trocas), intercâmbios e influências mútuas.

**Produtivo e econômico:** trata-se de ter claro que a cultura produz sujeitos – e que, como tais, não estamos “acabados”, mas sim envoltos num contínuo processo de humanização –; além disso, que a cultura é também economia, ou seja, há investimentos (públicos, privados, individuais, coletivos), produção e criação, circulação e difusão, consumo e fruição; empregos; remuneração por direitos (de autor, por exemplo) e outras variáveis.

Em complementação a esses vetores, deve-se voltar o olhar, por meio de políticas, programas e ações, para aspectos específicos do campo da cultura, para ampliá-los ou valorizá-los, como, por exemplo:

- As variadas linguagens artísticas (teatro, dança, música, cinema e audiovisual, artes plásticas, circo, literatura),
- Os diversos meios de comunicação, divulgação e circulação cultural, do oficial ao alternativo (canais televisivos, rádios, portais eletrônicos, editoração e demais veículos impressos e visuais),

– O patrimônio material e imaterial (promoção, preservação e revigoração do patrimônio, revitalização de centros urbanos, política museológica),

– As múltiplas expressões culturais (pluralidade e diversidade cultural),

– Os questionamentos entre campos culturais: cultura popular, de massa e erudita (aqui, trata-se de propiciar meios para a formação de público e para o acesso aos produtos e bens culturais em geral),

– As iniciativas locais e regionais levadas a efeito por comunidades e organizações da sociedade civil (políticas de inclusão e valorização da cultura local).

A par da heterogeneidade que marca o caso brasileiro, as políticas a serem desenvolvidas devem obedecer a demandas identificadas por meio de indicadores culturais e pesquisas nacionais, regionais e locais, operacionalizadas mediante um trabalho de classificação, delimitação de questões e/ou problemas e configuração histórica e social.

Uma vez iniciada a ação pública e estabelecidos os programas de ação, deve-se ter o cuidado de envolver outras instâncias do poder público (ministérios e secretarias afins: trabalho, educação, saúde) para uma atuação articulada e conjuntamente convergente. Estudos indicam que, historicamente, essa articulação sempre foi deficitária.

## 2.2 Responsabilidades do Estado no campo da cultura

Em consonância com a extensão da ação pública no campo da cultura, é preciso elaborar um programa de intervenção e gestão cultural, com respectivas políticas de ação, que resulte, no Brasil, na garantia do papel e da responsabilidade do Estado. Torna-se fundamental, para tanto, que o gestor público considere as seguintes questões:

– A cultura é direito do cidadão e dever do Estado. Assim, cabe a este último garantir sua existência, elaborar e executar políticas públicas de cultura que propiciem investimento, legitimidade e condições plenas de acesso da população brasileira à cultura;

– Ao Estado cabe ser divulgador, incentivador, fomentador e regulador do campo cultural, sem ser ausente, displicente, autoritário, discricionário (arbitrário) e/ou detentor de postura que leve a dirigismo cultural;

– A ação no campo da cultura deve buscar a ampliação de direitos e uma perspectiva de convergência entre liberdade e igualdade (aprimoramento da democracia);

– O Estado deve prover meios para o crescimento autônomo da produção cultural e incentivar o fortalecimento da economia da cultura (subsídios, incentivos fiscais);

– É necessário criar e manter atualizada uma base de dados sobre cultura (convênios com IPEA, IBGE);

– É preciso fomentar, reconhecer e apoiar as práticas culturais provenientes da sociedade civil organizada;

– É imprescindível manter relações transversais e inter/intra-setoriais com as demais políticas

de Estado, de modo a obter-se integração e coerência das ações.

Ao Estado cabe ser divulgador, incentivador, fomentador e regulador do campo cultural, sem ser displicente, discricionário (arbitrário) e/ou detentor de postura que leve ao dirigismo cultural. Deve-se, assim, evitar e/ou impedir o retorno das “tristes tradições”, para utilizar o termo de Albino Rubim<sup>18</sup>, conforme exposto abaixo:

Ausências – Momentos sem ação pública em cultura ou apenas de regulação.

Autoritarismos – Falta de diálogo com a sociedade e os movimentos organizados.

Instabilidades – Fraco ou nulo investimento em cultura; descontinuidades gerais.

Elitismos – Visão e entendimento de cultura como assunto de “especialistas”; separação distintiva entre “cultura de elite” e “cultura popular”.

Reduccionismos – Visão e entendimento de cultura restritos às “belas-artes”; recorte economicista da cultura; Cultura com “maiuscula” e no singular.

Retrocessos – “Desinstitucionalização” da cultura; fechamento arbitrário de instituições culturais; redução de investimentos.

Instrumentalismos – Cultura vista e entendida somente como entretenimento; como restrita à geração de renda; como atração e persuasão de massas; como cooptação política.

Sectarismos / Setorialismos – Investimentos culturais localizados:

- em apenas áreas ou linguagens específicas,
- em regiões determinadas por interesses pessoais,
- em pólos de produção selecionados por favoritismos,
- em artistas escolhidos pessoalmente etc.

# “A cultura é dever do cidadão e dever do Estado ...”

## 2.3 Indicativos gerais para o incremento da produção cultural brasileira

Para que o Estado desenvolva políticas culturais que sejam a afirmação da democracia, da diversidade e da liberdade de criação, de maneira a diminuir as desigualdades sociais e culturais e, ao mesmo tempo, levando a uma agenda de ampliação da cidadania, seguem alguns indicativos para o incremento da produção cultural brasileira em sua amplitude:

– Pensar a produção cultural de forma sistêmica e integrada,

– Aumentar os investimentos diretos em cultura aliado aos investimentos em infra-estrutura, educação, ciência e tecnologia,

– Incentivar o desenvolvimento econômico mediante incentivo para a autonomização dos pequenos produtores culturais,

– Criar projetos de circulação da produção

cultural brasileira, a preços populares e em localidades nas quais a ação pública é precária,

– Ampliar os equipamentos públicos culturais em moldes que privilegiem, em um mesmo local, as diversas linguagens culturais, o esporte, o lazer e a educação permanente,

– Promover editais e incentivos diretos para ações culturais específicas, principalmente para projetos inovadores e experimentais que carecem de subsídios,

– Desenvolver programas de formação e gestão cultural, prosseguindo mais além da criação de programas para a formação de público voltado às linguagens artísticas e culturais,

– Incentivar o fortalecimento da indústria cultural nacional e das indústrias criativas (moda, *games*, gastronomia), regulando a competição desigual entre a produção interna e os produtos – e conteúdos – importados.

<sup>18</sup>RUBIM, Albino. *As políticas culturais e o governo Lula*. Coleção Brasil em debate, volume 5. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

### 3. SUGESTÕES DE MEDIDAS ESPECÍFICAS

#### 3.1 Infraestrutura: conservação e ampliação

No que tange à infra-estrutura, é preciso agir em duas frentes: tanto restaurar o que já existe – e estamos falando dos diversos museus, centros culturais, bibliotecas –, quanto aprimorar a ação por parte da oferta, sempre com atenção à qualidade da produção cultural. Outra contribuição

importante está na necessidade de ampliação da infraestrutura, tornando-a ao mesmo tempo qualitativamente melhor. Ainda existem municípios sem biblioteca pública, museu, cinemas. A ampliação numérica deve estar atrelada à preocupação com a qualidade dos equipamentos e serviços.

#### 3.2 Formação de gestores culturais

Propiciar cursos que permitam o aprimoramento formativo dos profissionais do setor público e privado quanto aos principais temas e desafios contemporâneos do campo da cultura. Isso significa colocar em foco conteúdos teóricos, metodológicos e práticos (da pesquisa à

gestão/mediação cultural) que possam significar uma abertura de caminhos para novas realizações culturais, disponibilizando ao público uma maior diversidade de opções dentre as linguagens culturais existentes. O curso pode abrir-se, também, para o aprimoramento formativo dos criadores e produtores culturais.

#### 3.3 Produção cultural, formação de público e educação permanente

É preciso manter a preocupação com um conteúdo cultural de qualidade dentro de um processo de educação permanente. Trata-se de observar que, quanto mais se voltar o olhar para a cultura, para seu acesso sem restrições, refor-

çando a participação da sociedade, com a expectativa de formação de público e com o estímulo à prática, estaremos reforçando a matriz orientadora da ação cultural, favorecendo seu caráter educativo, a liberdade e a democracia.

“Ainda existem municípios sem biblioteca pública, museu, cinemas ...”

#### 3.4 Pesquisas, indicadores e informações culturais nos municípios

Em continuidade às ações do MinC na geração de conhecimento sobre o campo da cultura (a exemplo da publicação “Cultura em números” e da Munic), é preciso ampliar

o fluxo de dados culturais relativos à realidade dos municípios e macro-regiões, o que permitirá orientações mais claras sobre as ações culturais a serem desenvolvidas.

#### 3.5 Mecanismos de incentivo direto ao consumo/fruição cultural via imposto retido na fonte

A exemplo do Vale Cultura, deve-se buscar meios diferenciados para o incentivo ao acesso à cultura e para o alcance da população à oferta de bens culturais. Uma estratégia seria pensar medidas de reversibilidade do imposto retido na fonte

por cada cidadão, de maneira que esse valor retido, cujo ajuste anual não recupera sua integralidade, pudesse ser revertido em consumo cultural, na pretensão de que venha contribuir para a melhoria da vida dos trabalhadores.

### 3.6 Brasiliana

Proposta de uma coleção de literatura brasileira, uma **Brasiliana**, como parte de uma ação pública na área da cultura. Em suma, sua constituição poderia ser pensada em seis movimentos.

#### Primeiro movimento

O desenvolvimento de uma ampla pesquisa, promovida pelo MinC, junto às Universidades públicas e privadas, em especial junto aos professores das áreas das humanidades, para que escolhessem títulos da literatura brasileira, os quais também abrangessem títulos de história, filosofia, sociologia, dentre outros. A escolha seria livre, ainda que estimulada fosse a escolha de diferentes estilos. A pesquisa seria orientada a partir do seguinte roteiro básico:

- O que é?
- Quem participa?
- Para quem se destina?
- Títulos sugeridos e os porquês.<sup>19</sup>

#### Segundo movimento

A partir da pesquisa, os cem primeiros títulos mais votados comporiam os chamados *Caixotes*

*Literários*, suportes especialmente criados para abrigarem os livros, de maneira que possam circular de maneira segura.

#### Terceiro movimento

Escolhidos os cem títulos, uma ampla negociação seria feita junto às editoras, para uma produção em grande escala.

Concursos para a escolha das embalagens – os *Caixotes Literários* –, das capas, da campanha publicitária, enfim, do conjunto de ações necessárias para se fazer conhecer e distribuir os livros escolhidos serão organizados subseqüentemente, com vistas a manter a participação pública neste ato.

#### Quarto movimento

Distribuição nacional, para todos os municípios da Federação, com destaque para as instituições públicas e privadas, como, por exemplo, os centros sociais e culturais, as escolas, as bibliotecas, dentre outros.

#### Quinto movimento

Criação de manuais de orientação para o uso organizado do material distribuído, voltado para professores, alunos, líderes comunitários, agentes sociais, dentre outros.

#### Sexto movimento

Criação de uma programação, pelos meios de comunicação públicos – e, com o tempo, também privados – sobre cada uma das obras e seus respectivos autores.

Sequencialmente, poderíamos ampliar as ações de distribuição e acesso aos livros por meio de bibliotecas itinerantes, as quais, já existentes e demonstrando bom êxito, precisariam ser incorpo-

radas ao cotidiano das ações públicas de formação de leitores.

Certamente uma ação efetiva nessa área nos levaria à construção de um imaginário e das identidades nacionais, à formação de cadeias e de redes de ações culturais, bem como desenvolveríamos práticas das consultas públicas nos campos da cultura, ampliando o conhecimento e o acesso à diversidade de manifestações de nosso país.

### 3.7 Artes Cênicas - Circulação

**“...a cultura não é algo a ser distribuído: é algo a ser vivido e a ser criado conjuntamente.”<sup>20</sup>**

No registro da epígrafe acima, penso numa proposta voltada para as Artes Cênicas, no formato de uma **Circulação Teatral**. A concretização da proposta poderia assumir o seguinte caminho:

**Passo 1** - Realização de levantamento amplo, pelo Ministério da Cultura, da produção teatral existente no país, contando, para isso, com apoio das Secretarias Estaduais de Cultura. Será possível a constituição de um banco de dados sobre a produção das artes cênicas existente em cada ente da Federação, aberto para consulta.

**Passo 2** - Circulação da produção encontrada, utilizando os recursos financeiros e de infraestrutura do MinC e tendo o apoio das Secretarias Estaduais e Municipais, por meio da utilização da rede de equipamentos disponível.

**Passo 3** - Cruzamento dessa produção teatral entre todos os Estados da Federação, de modo a promover sua difusão e propiciar seu descentramento para além do eixo Rio – São Paulo.

**Passo 4** - Ação de formação de profissionais dirigidos às Artes Cênicas através de cursos e intercâmbios, de maneira a colocá-los em contato com as produções existentes e os propositores culturais de outros Estados, favorecendo a educação e a cooperação.

**Passo 5** - Elaboração do levantamento realizado, em duas frentes: a) incentivo para estudos e pesquisas e b) realização de publicações especializadas.

**Passo 6** - Criação de materiais didáticos (cartilhas, filmes de curta-metragem) a partir do levantamento, para distribuição junto aos professores da rede de ensino pública e privada, agentes comunitários e sociais, dentre outros.

<sup>19</sup> Para tanto, será necessário o desenvolvimento de um banco de dados, no qual as informações serão armazenadas, sistematizadas e disponibilizadas para consultas.

<sup>20</sup> Excerto de manifesto do movimento *Peuple et Culture*, publicado em 1945 por Paul Lengrand, Benigno Cacéres e outros egressos da Resistência Francesa.

## 3.8 Câmara Brasileira de Representação Internacional da MPB

A Música Popular Brasileira figura entre nosso patrimônio mais importante e (re)conhecido internacionalmente. Seu destaque social, econômico, cultural e estético é amplo:

- Traduz as múltiplas identidades,
- Movimenta a economia da cultura, gerando emprego e renda,
- É meio poderoso de preservação da memória coletiva,
- É forma social privilegiada para leituras e interpretações do Brasil,
- Simboliza hábitos, estilos, fazeres e falares das gentes,
- É criação e acervo imaginário, permitindo reflexão crítica e teórica.

Tenho em mente uma proposta para a MPB que permita sua valorização e melhor divulgação em tempos de mundialização da cultura, sugiro a criação de uma: “Câmara Brasileira de Representação Internacional da MPB”.

### Objetivo

Tratar pública e politicamente da divulgação da música popular brasileira (empresas, artistas, compositores, produtores) junto aos países estrangeiros, contribuindo para o desenvolvimento cultural, econômico e social do país.

**“O brasileiro é um povo esplendidamente musical.”**

**Mário de Andrade in Ensaio sobre a música brasileira**

### Modelo de implantação

A ideia de uma Câmara cumpre o objetivo de representar e influenciar positivamente o mercado internacional de um dado segmento.

No presente caso, uma Câmara da MPB poderia se ligar ao Ministério das Relações Exteriores, integrando o Departamento Cultural da Subsecretaria Geral de Cooperação e Promoção Comercial.

Ou poderia assumir a forma de um *bureau* ligado aos Consulados brasileiros.

### Política de ações

- Construção de políticas públicas de divulgação da cultura brasileira
- Identificação da agenda internacional de festivais, circuitos e eventos musicais
- Inserção crescente do Brasil na agenda identificada
- Valorização da imagem de nosso país quanto à diversidade cultural
- Apoio e divulgação da produção musical interna
- Articulação para intercâmbio mundial da MPB, em conjunto com instituições de representação internacional, de outros países e/ou regiões geográficas
- Incentivo à continuidade de programações musicais tradicionais existentes que tenham ou não público cativo
- Busca de soluções comuns para os desafios de uma agenda musical mundializada.



**Presidente** - Guilherme Afif

**1º Vice-presidente** - Vilmar Rocha

**2º Vice-presidente**

**Diretor de Relações Internacionais** - Alfredo Cotait

**Secretária** - Alda Marco Antonio

**Diretor Superintendente** - João Francisco Aprá

**Conselho Superior de Orientação**

**Presidente** - Gilberto Kassab

Guilherme Afif

Henrique Meirelles

Omar Aziz

Raimundo Colombo

Otto Alencar

Claudio Lembo

Ricardo Patah

Vilmar Rocha

Guilherme Campos

Eduardo Sciarra

### Coordenadores dos Conselhos Temáticos

**Política Econômica** - Henrique Meirelles

**Emprego e Trabalho** - Ricardo Patah

**Gestão Pública e Transparência** - Rubens Chammas

**Pacto Federativo e Tributação** - Samuel Hanan

**Previdência** - Reinhold Stephanes

**Educação** - Alexandre Schneider

**Saúde** - Eleuses Paiva

**Infraestrutura, Transportes e Energia** - Eduardo Sciarra

**Desenvolvimento Urbano** - Paulo Simão

**Desenvolvimento Rural** - Cesário Ramalho

**Meio Ambiente**

**e Sustentabilidade** - Marcelo Cardinale Branco

**Cultura** - Danilo Miranda

**Esportes** - Antonio Moreno Neto

**Turismo** - Marcelo Rehder

**Indústria, Tecnologia e Inovação** - Ozires Silva

**Inteligência e Mídias Digitais** - Aleksandar Mandic

**Justiça** - Arnaldo Malheiros Filho

**Segurança Pública** - Túlio Kahn

**Desenvolvimento e Inclusão Social** - Alda Marco Antonio

**Participação e Cidadania** - Ivani Boscolo

**Política Externa**

**e Comércio Exterior** - Embaixador José Botafogo Gonçalves

**Defesa Nacional** - Gen. Antônio Luiz da Costa Burgos

### Conselho Consultivo

**Acre** - Sérgio Petecão

**Alagoas** - Jorge Silvio Luengo Galvão

**Amapá** - Eider Pena

**Amazonas** - Omar Aziz

**Bahia** - Otto Alencar

**Ceará** - Patrícia Pequeno G.C. Aguiar

**Distrito Federal** - Rogério Rosso

**Espírito Santo** - José Carlos Fonseca Junior

**Goiás** - Vilmar Rocha

**Maranhão** - Claudio Trinchão

**Mato Grosso** - Neurilan Fraga

**Mato Grosso do Sul** - Antônio Cesar Lacerda Alves

**Minas Gerais** - Diego Andrade

**Pará** - Helenilson Pontes

**Paraíba** - Rômulo Gouveia

**Paraná** - Eduardo Sciarra

**Pernambuco** - André de Paula

**Piauí** - Júlio Cesar

**Rio de Janeiro** - Indio da Costa

**Rio Grande do Norte** - Robinson Faria

**Rio Grande do Sul** - José Paulo Dornelles Cairoli

**Rondônia** - Moreira Mendes

**Roraima** - Rodrigo Jucá

**Santa Catarina** - Antônio Ceron

**São Paulo** - Alfredo Cotait Neto

**Sergipe** - Jeferson Andrade

**Tocantins** - Irajá Abreu

**DOCUMENTOS** - Coleção 2015 - Nº 1

Site Nacional: [www.psd.org.br](http://www.psd.org.br)

Twitter Nacional: @psd\_55

Facebook Nacional: PSD 55

Coordenação - Scriptum Comunicação

Jornalista responsável - Sérgio Rondino (MTB 8367)

Projeto Gráfico - BReeder Editora e Ass. de Com. Ltda - Marisa Villas Boas



# DOCUMENTO